

Ulysses troca mudança no regimento por votação rápida

Moreira Mariz

Da Sucursal de Brasília

O deputado Ulysses Guimarães, 71, aproveitará a mudança do regimento do Congresso constituinte defendida pelos parlamentares "conservadores" do "centrão" para viabilizar, de comum acordo com eles, uma idéia que cultiva há muito tempo: encurtar ao máximo o prazo de votação em plenário do projeto de Constituição e promulgar a nova Carta, se possível, ainda este ano.

Ulysses teme, segundo apurou a Folha, que o prolongamento dos trabalhos constituintes acabe agravando o quadro de instabilidade do governo Sarney e do processo de transição política. "Estamos fazendo um esforço para acelerar a tramitação do substitutivo da Comissão de Sistematização no plenário", disse Ulysses ontem, depois de conversar sobre a mudança de regimento com o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho (PA).

A primeira etapa desse "esforço" foi superada com o acordo firmado no último sábado entre Ulysses e os líderes do "centrão". Ulysses disse ao deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE) que em uma semana estará votado e aprovado o projeto de

mudança do regimento que o "centrão" apresentará hoje à noite na sessão do Congresso constituinte. No fim de semana, além de Fiuza, Ulysses conversou com o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e Bonifácio Andrada (PDS-MG), todos do "centrão".

O acordo com o "centrão" prevê que a Mesa do Congresso constituinte (através de Ulysses) apresentará um projeto próprio de mudança do regimento, incorporando aquilo que Ulysses quer — o encurtamento dos prazos e votação — e aquilo que os constituintes conservadores desejam — a possibilidade de apresentarem emendas novas ao projeto da Sistematização.

O projeto de resolução que o "centrão" apresentará hoje, propondo mudança no regimento, prevê a possibilidade de emendas novas a todo o texto da Sistematização, ou seja, emendas a títulos, capítulos, parágrafos etc. Ulysses, segundo apurou a Folha, designará um relator para apreciar o projeto de resolução, que será emendado e votado, mas com menos abrangência que o original.

A hipótese mais provável é que a proposta de novo regimento que será

encampada por Ulysses preveja emendas só a capítulos e não a títulos completos do projeto da Sistematização, o que será bem aceito pelo "centrão". "Estamos abertos para um acordo", disse ontem o coordenador do grupo, Ricardo Fiuza. "Pode ser", acrescentou com o sorriso outro líder do "centrão", o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

A segunda etapa do esforço de Ulysses para encurtar a votação será um "apelo escrito" que o presidente do Congresso constituinte e do PMDB encaminhará a todos os líderes partidários para que reduzam ao máximo as emendas e destaques, em plenário, ao projeto da Sistematização. "Vou fazer um apelo no sentido de que todos colaborem principalmente na votação somente dos destaques absolutamente essenciais", disse Ulysses. Os temas não que não forem essenciais, acrescentou, "deverão ir para a lei complementar". Este ponto também agrada ao "centrão".

Por fim, a última fase da estratégia de Ulysses prevê a intensificação dos trabalhos em plenário para que o texto possa ser promulgado ainda este ano. "Temps que fazermos d previsões mais realistas indicavam que a Constituição só ficaria pronta em março ou abril de 1988.

Ulysses Guimarães (PMDB) sorri, observado pelo senador Passarinho (PDS)

CNBB refuta as acusações do Conselho de Segurança Nacional

Da Sucursal de Brasília

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou ontem nota à imprensa repudiando os documentos elaborados pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) que responsabilizam o "clero progressista" da Igreja Católica pelo "surgimento de focos de tensão em todo o país". Na nota, a CNBB afirma que "os documentos contêm uma série de acusações infundadas, que distorcem a verdade quanto à ação pastoral da Igreja. Há, além disso, agressões

contra bispos e missionários. São especialmente graves as calúnias contra d. Aldo Mongiano, bispo de Boa Vista, em Roraima".

Os documentos do CSN apontam ainda o clero como responsável pelos "conflitos fundiários" e os "conflitos entre índios e não índios". Os documentos, datados de 3 de junho de 1986 e intitulados "Atuação da Igreja Católica no Brasil", foram divulgados com exclusividade pela Folha, no dia 31 de outubro.

PDT quer união em torno da Constituinte

Da Sucursal do Rio

A rearticulação de grupos de direita e a união do empresariado contra decisões da comissão de sistematização do Congresso constituinte foram os principais temas da reunião das principais lideranças do PDT realizada, na noite de anteontem, no apartamento do presidente nacional do partido, Leonel Brizola. Na reunião foi decidido que Brizola irá amanhã para Brasília onde se reunirá com parlamentares do PDT e visitará o Congresso constituinte, deixando quinta-feira a capital.

Brizola vai propor uma união em torno da soberania do Congresso constituinte, mas, segundo um de seus principais colaboradores, o ex-prefeito do Rio, Marcello Alencar, não deixará de fazer críticas ao seu presidente, deputado Ulysses Guimarães.

Críticas a Ulysses

Para o PDT, Ulysses está tendo uma atuação "cínica" e "dúbia" na discussão em torno do sistema de governo. Interessado no cargo de primeiro-ministro — avalia o PDT —

não estaria se empenhando a fundo na manutenção do presidencialismo.

Na TV

A defesa da soberania do Congresso constituinte passará a ter destaque até mesmo no programa do partido que irá ao ar, ainda neste mês, em rede nacional de rádio e televisão e que servirá de plataforma para o lançamento da série de comícios pró-presidencialismo.

Segundo Alencar, a gravidade da situação nacional é que justifica uma atuação mais efetiva de Brizola junto

ao Congresso constituinte. "O agravamento da situação, ao contrário do que dizem por aí, não beneficia o Brizola. Este clima de articulação empresarial, de atitudes como a da Autolatina (que recorreu à Justiça para vender seus carros a preços superiores ao da tabela do governo) é muito semelhante com o de outros tempos. Quem já viveu um período como este, de fase pré-agônica de um governo (referência ao governo de João Goulart, derrubado em março de 1964) deve lutar para a manutenção das vias políticas", afirmou.